



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000073427**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1021167-80.2023.8.26.0477, da Comarca de Praia Grande, em que é apelante FELYPE RICARDO DINIZ SOLIMENE (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma I (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SOUZA NERY (Presidente sem voto), M.A. BARBOSA DE FREITAS E REGINA APARECIDA CARO GONÇALVES.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

**OLAVO SÁ**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

Apelação nº: 1021167-80.2023.8.26.0477  
Comarca: Praia Grande SP – 5ª Vara Cível  
Juiz de 1ª Instância: Aléssio Martins Gonçalves  
Ação: Indenização por danos morais  
Apelante: Felype Ricardo Diniz Solimene  
Apelado: Banco Santander Brasil S/A

### VOTO 2119

EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PARCIAL PROVIMENTO.

I. Caso em Exame

Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e morais, alegando encerramento de conta corrente pela instituição financeira de maneira arbitrária e sem prévia notificação. Pleiteia indenização por dano moral de R\$20.000,00. Sentença julgou improcedente o pedido inicial, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

II. Questão em Discussão.

2. A questão em discussão consiste em (i) verificar a regularidade do encerramento da conta corrente sem prévia notificação e (ii) a responsabilidade do banco por danos morais decorrentes do encerramento unilateral.

III. Razões de Decidir.

3. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras, conforme Súmula nº 297 do STJ, impondo responsabilidade objetiva ao banco.

4. Inversão do ônus da prova, cabendo ao banco demonstrar a regularidade do encerramento da conta, o que não ocorreu. Evidenciada a falha na prestação dos serviços, configurando dano moral.

IV. Dispositivo e Tese.

5. Recurso provido em parte.

Tese de julgamento: 1. Aplicação do CDC às instituições financeiras. 2. Inversão do ônus da prova em favor do consumidor.

Legislação Citada:

Código de Defesa do Consumidor, art. 14, art. 6º, inciso VIII;

Código de Processo Civil, art. 487, inciso I, art. 373, inciso II;

Resolução BACEN/CMN nº 4753/2019, art. 12.

Jurisprudência Citada:

TJSP, Apelação nº 1004670-71.2023.8.26.0224, Rel. Des. João Camillo de Almeida Prado Costa, j. em 23/04/2024.

TJSP, Apelação nº 1008129-26.2022.8.26.0577, Rel. Des. Claudia Grieco Tabosa Pessoa, j. em 08/05/2023.

Vistos.

Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença de fls. 158/172, cujo relatório adoto, que julgou a ação, nos seguintes termos: *"Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, declarando extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Em razão da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC, observada a gratuidade judiciária concedida (CPC, art. 98, § 3º). Em caso de recurso, intime-se a parte contrária para contrarrazões. Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça. Com o trânsito em julgado, aguarde-se eventual manifestação da parte interessada por 15 (quinze) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os autos. P.I.C."*

Trata-se de ação de indenização por danos morais, sob alegação de encerramento de conta corrente pela instituição financeira de maneira arbitrária e sem prévia notificação. Pleiteia o pagamento de indenização por dano moral no montante de R\$20.000,00.

Em resposta, o réu arguiu a regularidade do encerramento, e pugnou pela improcedência da ação.

Sobreveio sentença que julgou improcedente o pedido inicial, condenando o autor no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Inconformado, apela o autor a pedir a reforma da sentença.

Argumenta que o réu não observou o prazo de 30 dias após comunicado para encerramento de conta e promoveu de forma unilateral o bloqueio de sua conta.

Insiste no descumprimento contratual e na falha na prestação dos serviços. Requer a condenação em indenização por dano moral e total responsabilização do réu pelas verbas sucumbenciais.

Recurso tempestivo e preparado.

Vieram as contrarrazões – fls. 296/301.

Não há oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

O contexto probatório era suficiente para o deslinde da causa e tornava desnecessária a realização de outras provas para viabilizar o julgamento.

O destinatário da prova é o juiz. A ele compete aferir da conveniência e oportunidade para o julgamento da lide. Se, ao analisar as alegações e provas, já encontrar elementos suficientes para a formação de seu convencimento, deve conhecer diretamente do pedido.

A apelação comporta parcial provimento.

Trata-se de relação de consumo.

Aplicáveis as normas do Código de Defesa do Consumidor, nos termos da Súmula nº 297 do Superior Tribunal de Justiça:

“O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”.

Dessa forma, a responsabilidade do banco é objetiva, de acordo com o preceituado pelo artigo 14 do diploma consumerista, e é o caso de inversão do ônus da prova, conforme artigo 6º, inciso VIII, do mesmo diploma legal.

Assim, era obrigação do banco réu demonstrar a regularidade do encerramento da conta somente após a observância do prazo de 30 dias.

Quanto ao encerramento unilateral de conta e serviços relacionados, devem ser observadas as disposições do artigo 12 da resolução BACEN/CMN nº 4753/2019 dispõe:

“Art. 5º. Para o encerramento de conta devem ser adotadas, no mínimo, as seguintes providências:

1- comunicação entre as partes da intenção de rescindir o contrato, informando os motivos da rescisão, caso se refiram à hipótese prevista no art. 6º ou a outra prevista na legislação ou na regulamentação vigente; Cabe à instituição financeira esclarecer ao depositante acerca das condições exigidas para a rescisão do contrato de conta de depósitos à vista por iniciativa de qualquer das partes, devendo ser incluídas na ficha-proposta as seguintes disposições mínimas:

(Redação dada pela Resolução nº 2.747, de 28/6/2000.)

I- indicação pelo cliente da destinação do eventual saldo credor na conta, que deve abranger a transferência dos recursos para conta diversa na própria ou em outra instituição ou a colocação dos recursos a sua disposição para posterior retirada em espécie;

II - devolução pelo cliente das folhas de cheque não utilizadas ou a realização do seu cancelamento pela instituição;

III - prestação de informações pela instituição ao titular da conta sobre: a) o prazo para adoção das providências relativas à rescisão do contrato, limitado a trinta dias corridos, contado do cumprimento da exigência de trata o inciso I; b) (...).

Assim, conforme se verifica da referida Resolução, para que tal encerramento seja efetivado, o consumidor deve ser previamente comunicado a respeito, o que não ocorreu na hipótese.

Conforme dito, cabia à instituição financeira demonstrar a regularidade do encerramento efetivado, nos termos do artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil, mas não o fez.

Assim, evidenciado nos autos que o banco agiu com negligência, resta configurada a falha na prestação dos serviços disponibilizados ao autor.

Inegável que a parte sofreu um abalo psicológico e que tal circunstância é geradora de um stress acima do razoável e configura dano moral, pois extrapola o mero aborrecimento cotidiano, já que são indiscutíveis os percalços que a falta de acesso à conta bancária, atualmente, pode causar, de modo a ser devida indenização respectiva.

No tocante ao montante da indenização, a se levar em conta as circunstâncias que cercam o caso, arbitro-a em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

O valor proporciona justa indenização pelo mal sofrido, porém sem se tornar em fonte de enriquecimento ilícito.

O montante deverá ser atualizado monetariamente a partir desta data (súmula 362 do Superior Tribunal de

Justiça), nos termos da tabela de atualização de débitos judiciais do Tribunal de Justiça, com o acréscimo de juros moratórios legais a partir da citação, por se tratar de responsabilidade civil contratual. A partir da entrada em vigor da Lei 1.0495/2024, aplicar-se-á a Taxa Selic, a título de encargos moratórios.

Nesse sentido:

“RESPONSABILIDADE CIVIL. Ação de obrigação de fazer e de indenização por danos morais. Alegação da autora de que foi surpreendida com o encerramento unilateral e abusivo de sua conta corrente. Relação de consumo evidenciada. Admissibilidade no caso da inversão do ônus probatório. Hipótese em que o bloqueio e o encerramento unilateral de conta corrente ocorreram por desinteresse comercial da instituição financeira. Documentos juntados aos autos pelo banco, no entanto, que não demonstram ter ocorrido prévia e regular notificação à correntista. Afronta à regra dos artigos 12, I, e 13, da Resolução n. 2.025/93, do Banco Central do Brasil. Negligência da instituição financeira configurada. Danos morais caracterizados. Indenização, fixada na sentença em R\$ 10.000,00, reduzida para R\$ 5.000,00. Juros legais de mora computados desde a data da citação, por se tratar de responsabilidade civil contratual. Sentença reformada em parte. Pedido inicial julgado parcialmente procedente. Recurso provido, em parte. Dispositivo: deram parcial provimento ao recurso.” (TJSP, 19ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 1004670-71.2023.8.26.0224, Rel. Des. João Camillo de Almeida Prado Costa, j. em 23/04/2024) (destaquei).

“APELAÇÃO – Ação de obrigação de fazer cumulada com pedido indenizatório – Encerramento unilateral de conta corrente e bloqueio de numerário – Pedidos improcedentes - Pleito de reforma – Possibilidade – Vínculo entre as partes inserido no âmbito das relações de consumo – Inteligência do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor – Ausência de notificação prévia para encerrar a conta bancária e bloqueio desprovido de fundamento – Conduta que se revela arbitrária e abusiva – Inteligência do artigo 12 da Resolução CMN nº 2.025/93, com redação alterada pela Resolução nº 2.747, de 28/6/2000 – Precedentes jurisprudenciais – Ilícito configurado – Restituição do valor existente na conta – Transferência não demonstrada – Documento emitido pelo Banco Central não impugnado – Inexistência de conta no Itaú – Restituição que se impõe - Indenização – Situação que ultrapassa o mero aborrecimento – Quantum indenizatório fixado atendendo aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade – Valor de R\$5.000,00 que, nesses moldes, revela-se adequado e suficiente para reparar o dano moral suportado – Recurso provido. Dispositivo: deram provimento ao recurso.”



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(TJSP, 19ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 1008129-26.2022.8.26.0577, Rel. Des. Claudia Grieco Tabosa Pessoa, j. em 08/05/2023) (destaquei).

Assim, merece parcial provimento o recurso do autor, para julgar a ação parcialmente procedente e arbitrar a indenização por dano moral em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente a partir desta data (súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça), nos termos da tabela de atualização de débitos judiciais do Tribunal de Justiça, acrescidos de juros moratórios legais a partir da citação até 27.08.2024 e, após, pela Selic (que compreende correção monetária e juros) conforme Lei 10495/2024.

Arcará o réu com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação. As custas e despesas processuais serão corrigidas monetariamente a partir de cada desembolso e, os honorários, a partir deste julgamento nos termos da tabela de atualização de débitos judiciais do Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, pelo meu voto, DOU  
PARCIAL PROVIMENTO ao recurso.

OLAVO SÁ  
Relator